O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E SUA INTERFACE COM A GOVERNANÇA E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM INSTÂNCIAS COLEGIADAS: ESTUDO DE CASO NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ESTADUAL PONTA DO TUBARÃO (RN-BRASIL)

Regina Ferreira de Araujo[1]
Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega[2]

RESUMO

O Turismo de Base Comunitária (TBC) tem se consolidado como uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, especialmente em áreas protegidas, ao promover o protagonismo das comunidades locais, a valorização cultural e a conservação ambiental. Nesse contexto, o objetivo deste estudo consiste em analisar a relação entre as instâncias colegiadas de participação social, os processos de governança e o desenvolvimento do TBC na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (RDSEPT), no Rio Grande do Norte, estado do nordeste brasileiro. Do ponto de vista teórico, o estudo articula os conceitos de TBC, governança e participação social nas políticas públicas de turismo, destacando a atuação de múltiplos atores e a construção coletiva nos processos decisórios, bem como a importância das instâncias participativas na mediação de interesses e na formulação de estratégias de desenvolvimento local. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, baseada em revisão bibliográfica, análise documental e estudo de campo. A coleta de dados incluiu a análise de atas do Conselho Gestor da RDSEPT e a realização de observação não participante, sendo os dados interpretados à luz da Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 1978) e analisados por meio da técnica de Análise de Conteúdo (Bardin, 1977). Os procedimentos envolveram leitura flutuante, codificação e categorização em eixos temáticos. Os resultados indicam que o Conselho Gestor constitui um espaço relevante de governança participativa, favorecendo a articulação entre atores sociais e institucionais. Contudo, foram identificadas limitações relacionadas a assimetrias de poder, fragilidades na transparência institucional e desafios na efetivação da participação social. Observou-se ainda que o TBC é reconhecido como estratégia para o desenvolvimento local, porém sua implementação permanece incipiente e pouco articulada a políticas públicas estruturadas. Conclui-se que o fortalecimento do TBC na RDSEPT depende da qualificação da governança, com ênfase na ampliação da participação social, na transparência institucional e na integração entre Estado e comunidade.

Palavras-chave: instâncias colegiadas; participação social; governança; TBC; RDSEPT.

[1] Bacharel em Turismo pela UFRN. Doutoranda em Turismo pelo PPGTUR/UFRN. regina.araujo@ufrn.br. Professora do DETUR/UFRN.
[2] Bacharel em Turismo pela UFPA. Doutor em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental. wilker.nobrega@ufrn.br. Professor do DETUR e do PPGTUR/UFRN.